

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Prejuízo de R\$ (334) mil, Patrimônio

Líquido de R\$ 3.666 mil e Ativos Totais de R\$ 3.686 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019
CIRCULANTE	3.502	CIRCULANTE	20
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.380	Outras Obrigações (Nota 7)	20
Valores a Receber (Nota 6)	1.122	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.666
NÃO CIRCULANTE	184	Capital Social (Nota 8a)	4.001
Realizável a Longo Prazo	184	Prejuízos Acumulados	(335)
Créditos Tributários	172	TOTAL	3.686
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12c)	12		
TOTAL	3.686		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(506)
Resultado Financeiro (Nota 9)	90
Despesas Tributárias (Nota 11)	(18)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(578)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(506)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	172
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(334)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(506)
(Aumento) em Outros Ativos	(1.134)
Aumento em Outras Obrigações	20
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(1.620)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	
Aumento de Capital	4.000
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	4.000
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.380
Início do Exercício	-
Fim do Exercício	2.380
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.380

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2020.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas e estão apresentadas de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão. Considerando as alterações de aumento de Capital Social mencionadas na Nota 8, dada a inviabilidade de comparabilidade dos saldos, essa demonstração contábil não apresenta saldos comparativos com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1	(1)	-
Prejuízo do Exercício	-	(334)	(334)
Aumento de Capital	4.000	-	4.000
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.001	(335)	3.666

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2019
Prejuízo do Exercício	(334)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-
Resultado Abrangente do Exercício	(334)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por mil ações básico. O lucro por mil ações básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Receitas financeiras

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro
	2019
Depósito bancário	3
Fundos de investimentos financeiros (1)	2.377
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.380

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro
	2019
Prêmio de seguro	1.122
Total	1.122

7) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro
	2019
Provisão de editais e publicações	20
Total	20

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

continua...

...continuação

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Em 31 de dezembro
2019

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro 2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(506)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	172
Efeito no cálculo dos tributos:	
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	172

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro 2019
Impostos diferidos	
Constituição/Realização, no exercício, sobre adições temporárias.....	7
Constituição no exercício sobre:	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	165
Total dos ativos fiscais diferidos	172
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	172

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 12 referem-se a imposto de renda a compensar sobre aplicações financeiras.

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e

b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães - Contador - CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Lecce Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lecce Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 02 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/FCarlos Massao Takauti
Contador - CRC 1SP206103/O-4

JOQUEI CLUBE DO A.B.C.

CNPJ sob nº. 43.296.722/0001-48

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

JÓQUEI CLUBE DO A.B.C., associação civil de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 43.296.722/0001-48, situada na Rua dos Açores nº. 90, Bairro Estoril, no Distrito do Riacho Grande, Município de São Bernardo do Campo, neste Estado, através de sua Presidente MARCIA CIANGA SALES, convoca todos os associados adimplentes com suas obrigações estatutárias para participar da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a serem realizadas no dia 20 de março de 2020, na Av. Brigadeiro Luis Antonio, 3.333, 6º andar, conjunto 64, Jardim Paulista, Município de São Paulo, neste Estado, às 14:00 horas em primeira convocação, e às 14:30 horas em segunda e última convocação para Assembleia Extraordinária e 15:30 em primeira convocação, e às 16:00 horas em segunda e última convocação para Assembleia Ordinária, a fim de serem deliberados os seguintes itens, conforme a ordem do dia: Assembleia Extraordinária: a) Deliberar sobre mudança de endereço da sede; b) deliberar sobre o futuro do Clube, no que tange a parte administrativa e financeira em geral apreciando todos os atos até então praticados e apresentar reforma estatutária; c) Deliberar sobre o patrimônio do Clube, venda, doação, desapropriação, permuta etc.; Assembleia Ordinária: a) Eleger a nova diretoria com mandato de 05 (cinco) anos; b) Outros assuntos de interesse dos associados. O deliberado nas mesmas obrigará a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes. São Bernardo do Campo, 27de fevereiro de 2020. MARCIA CIANGA SALES – Presidente.

Condomínio Edifício Itália

CNPJ nº 54.069.489/0001-87

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Em cumprimento ao disposto nos artigos 31º, 33º 34º e 35º da Convenção de Condomínio do Edifício Itália, vimos convocar os Senhores Condôminos para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no Auditório do Circolo Italiano San Paolo, localizado na 2ª Sobreloja, situado na Avenida São Luis, 50, no próximo dia 17 de Março de 2020, às 08:00 horas, em primeira convocação com a maioria dos votos condominiais segundo o Artigo 36 da Convenção ou às 09:00 horas em segunda convocação com qualquer número, a fim de discutir e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Exame e aprovação das contas do condomínio do exercício de 2019; b) Eleição de Síndico para o período de 2 (dois) anos; c) Eleição de membros do Conselho Consultivo e Suplentes, com mandato para 1 (um) ano, todos com direito a voto nas reuniões de Conselho; d) Exame e aprovação da previsão orçamentária para o exercício de 2020, bem como da remuneração do Sr. Síndico; e) Exame e aprovação de serviços extras previstos para o exercício de 2020; f) Exame e aprovação da transferência de potencial construtivo, em função de tombamento do Edifício Itália; g) Eventuais outros assuntos. Lembramos aos Srs. Condôminos que de acordo com o Artigo 36º, § Único da Convenção e Artigo 1335, Inciso III do Código Civil Brasileiro, não poderão tomar parte nas Assembleias Gerais, condôminos que estiverem inadimplentes com suas obrigações e que em conformidade com o Artigo 41º da Convenção, o Condômino poderá fazer-se representar por procurador devidamente credenciado. Tratando-se de assunto de relevante importância, insistimos na presença de todos. São Paulo, 18 de Fevereiro de 2020. Condomínio Edifício Itália – José Arnore Filho – Síndico

Colombo Agroindústria S.A.

CNPJ/MF nº 44.330.975/0001-53 - NIRE nº 35.300.021.835

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Colombo Agroindústria S/A (atual denominação da Usina Colombo S/A Açúcar e Alcool) ("Companhia") convidados para se reunirem em A.G.E. a ser realizada no dia 09/03/2020, às 8:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Fazenda Bela Vista, s/nº, Bairro Moreira, Ariranha/SP, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **Ordem do Dia**: Em A.G.E. deliberar sobre (i) inclusão de atividades no objeto social da Companhia e (ii) abertura de 2 filiais. Nos termos do artigo 10º do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na A.G.E., o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável: (i) instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às assembleias gerais munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do instrumento de mandato ao endereço eletrônico sergio@colombagroindustria.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação nas assembleias gerais, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos.

Ariranha, 29 de fevereiro de 2020.

Anderson Roberto Travagini - Diretor (29/02, 03 e 04/03)

Siriuba S.A. -

Empreendimentos Turísticos

CNPJ/MF 67.652.5370001-07 - NIRE 35.300.145.526

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária em 13 de março de 2020

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em 1ª convocação às 9h e, em 2ª convocação às 9h30 no dia 13 de março de 2020, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1893 - 6º andar - Jardim Paulistano na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Elevação do Capital Social de R\$ 1.800.000,00 para R\$ 2.249.995,60. 2) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. Os acionistas poderão se fazer representar por procurador com poderes de representação e votação para a Ordem do Dia desta Assembleia. Ilhabela, 02 de março de 2020. **Eduardo de Arruda Botelho** - Diretor Presidente.

Frallepar Holding S.A.

CNPJ/MF nº 17.957.759/0001-60 NIRE 3530049651-5

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 16/09/2019

Data, Hora e Local: 16/09/2019, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensadas, presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Publicações:** Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018 foram publicadas no Diário Oficial Empresarial e no Jornal Gazeta de São Paulo, em suas edições de 12.09.2019. **Mesa:** Cicero Cordeiro Alves - Presidente. Patrícia Wanessa Santos de Oliveira - Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** Ata lavrada em forma de sumário. Deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, as contas dos administradores e aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2018, bem como a destinação do seu resultado. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 16/09/2019. **Mesa:** Cicero Cordeiro Alves - Presidente. Patrícia Wanessa Santos de Oliveira - Secretária. **JUCESP nº 543.026/19-0 em 14/10/2019.**

Clube Alto dos Pinheiros

CNPJ nº 61.970.505/0001-73

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Estão convocados os associados titulares e remidos do Clube Alto dos Pinheiros que estejam em situação associativa regular para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 6/06/2020, sábado, na sede social do Clube, localizada na Rua Guerra Junqueiro, 115, Alto dos Pinheiros, São Paulo/SP. A 1ª convocação terá início às 8h e a 2ª convocação começará 1 hora depois, às 9h, para que os participantes, na forma do artigo 43, inciso I, do Estatuto Social, deliberem sobre a seguinte Ordem do Dia: Eleição Parcial de Membros do Conselho Deliberativo. Os associados serão admitidos à votação até as 17h do mesmo dia, impreterivelmente. Os candidatos, observado o disposto no artigo 53, do Estatuto Social, deverão efetuar, pessoalmente, em até 10 dias antes da data da Assembleia Geral, o registro de suas inscrições na Secretaria Social do Clube, mesmo local onde podem ser obtidos os demais esclarecimentos necessários relativos à inscrição. São Paulo, 12/02/20. **Fábio Candalaft**: Presidente da Diretoria

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Prejuízo de R\$ (334) mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.666 mil e

Ativos Totais de R\$ 3.686 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2019		2019	
ATIVO		CIRCULANTE	20
CIRCULANTE	3.502	Outras Obrigações (Nota 7)	20
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.380	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.666
Valores a Receber (Nota 6)	1.122	Capital Social (Nota 8a)	4.001
NÃO CIRCULANTE	184	Prejuízos Acumulados	(335)
Realizável a Longo Prazo	184	TOTAL	3.686
Créditos Tributários	172		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12c)	12		
TOTAL	3.686		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais			
2019		Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Totais
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(506)	Saldo em 31 de dezembro de 2018	1	(1)	-
Resultado Financeiro (Nota 9)	90	Prejuízo do Exercício	-	(334)	(334)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(18)	Aumento de Capital	4.000	-	4.000
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(578)	Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.001	(335)	3.666
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(506)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	172				
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(334)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
2019		2019	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		Prejuízo do Exercício	(334)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(506)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-
(Aumento) em Outros Ativos	(1.134)	Resultado Abrangente do Exercício	(334)
Aumento em Outras Obrigações	20		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(1.620)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aumento de Capital	4.000		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	4.000		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.380		
Início do Exercício	2.380		
Fim do Exercício	2.380		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.380		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Lecce Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2020.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas e estão apresentadas de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão. Considerando as alterações de aumento de Capital Social mencionadas na Nota 8, dada a inviabilidade de comparabilidade dos saldos, essa demonstração contábil não apresenta saldos comparativos com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por mil ações básico. O lucro por mil ações básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Receitas financeiras
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. Receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Lecce Holdings S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Lecce Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, de época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 02 de março de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador - CRC 1SP206103/O-4

Cid de Oliveira Guimarães – Contador - CRC 1SP218369/O-0

25,1 MILHÕES DE INVESTIDORES QUE PODERÃO ESCOLHER A SUA EMPRESA NO PRÓXIMO ANO

Valor + O GLOBO + Valor RI | **MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA**

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri



Fontes: 1) Kantar Ibope Media
BR TG 2019 II (2018.2s + 2019.1s) VLO - Passivos - 2) Pesquisa interna: ABr/19.